

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Administrativo nº 52/2024

Modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2024

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de máquinas e equipamentos 100% elétricos, visando a modernização e sustentabilidade dos municípios consorciados, conforme as especificações e condições do Termo de Referência

Tipo: Menor Preço Por lote.

Sistema: Registro de Preços.

Data e horário da Abertura da Sessão: 27 de dezembro de 2024, às 09h00min

DAS DISPOSIÇÕES PREÂMBULARES

A UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA, inscrito no CNPJ 01.488.169/0001-03, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 23:59 horas do dia 23/12/2024.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 23:59 horas do dia 23/12/2024.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:59:00 horas do dia 27/12/2024.

ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 27/12/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:20 horas do dia 27/12/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: <http://www.licitardigital.com.br>

1. DO OBJETO

1.1 Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de máquinas e equipamentos 100% elétricos, visando a modernização e sustentabilidade dos municípios consorciados, conforme as especificações e condições do Termo de Referência.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Licitardigital.

2.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.2 Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.3.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.5 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar pelo UMMES ou no âmbito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos municípios consorciados, com nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

2.3.6 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

2.3.7 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.3.8 O impedimento de que trata o item 2.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.9 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.3.10. A vedação da participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, visto que o objeto não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico. A admissão de consórcio, no presente caso, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitirá, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

2.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

2.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 2.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 2.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 2.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 2.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 2.4.7 declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 2.4.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 2.4.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 2.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 3.2 O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 3.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;
- 3.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 3.7 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 3.8 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.
- 3.9 Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado terá o prazo de até 02 (duas) horas para envio dos documentos de habilitação

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário de cada um dos itens;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **no mínimo R\$ 500,00 (quinhentos Reais)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.licitardigital.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances

finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

5.25.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.25.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

5.25.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

5.25.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.25.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.6. empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;

5.25.7. empresas brasileiras;

5.25.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

6.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

6.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

6.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar (diligências), por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 02 (duas) horas, os quais deverão ser enviados via sistema Licitar Digital.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.3. Possuir Cadastro do Licitar Digital;

7.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

7.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

7.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o

Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Licitar Digital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

7.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Licitar Digital, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

7.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.20. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.21. Habilitação jurídica:

7.21.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

7.21.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

7.21.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados

dos documentos de eleição de seus administradores.

7.21.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.21.5. Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.21.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

7.22.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.22.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.22.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

7.22.4. Prova de regularidade Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.22.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.22.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.22.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.22.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.23. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

7.23.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; prazo de 90 (noventa) dias da data da abertura do certame. Empresas que estejam sob o regime de Recuperação Judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, nos moldes da Súmula nº 50 do TCE/SP.

7.24. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.24.1. Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto da presente licitação.

7.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à

regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.30. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. DOS RECURSOS

9.1. Cabe recurso em face de:

9.1.1. julgamento das propostas;

9.1.2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

9.1.3. anulação ou revogação da licitação

9.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

9.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

9.2.2. A apreciação se dará em fase única.

9.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

9.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

9.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

9.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

9.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

9.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Licitar Digital, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Ata de Registro de Preços.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ata de registro de preços, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

13.3.4. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão sua vigência inicial 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

13.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.6. Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação,

assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

14.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

14.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

14.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

14.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

14.5 Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

14.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

15. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

15.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

15.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

15.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

15.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

15.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

15.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. São obrigações da contratante:

16.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

16.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de

comissão/servidor especialmente designado;

16.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.2.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

16.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

16.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

16.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.2.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

16.2.9. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O fornecimento será realizado de acordo com a demanda dos Municípios e Unidades participantes.

17.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

17.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação,

ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

17.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as

seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 18.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 18.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

18.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 18.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

18.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 18.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida

no item 18.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 18.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

18.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 18.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

18.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 18.2. deste termo, será facultada a

defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 18.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A IMPUGNAÇÃO PODERÁ ser realizada por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.licitardigital.com.br; ou através do e-mail: licitacoes@ummes.com.br.

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Licitardigital no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br ou através do e-mail: licitacoes@ummes.com.br.

19.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.licitardigital.com.br, ou através do e-mail: licitacoes@ummes.com.br sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

19.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.ciscircuitodasaguas.org.br, e, também na Plataforma www.licitardigital.com.br.

20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – TABELA COM REQUISITOS MINIMOS A SEREM DEMONSTRADOS

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Santa Cruz do Rio Pardo, 11 de dezembro de 2024

Marco Aurelio Oliveira Pinheiro
Presidente UMMES

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETIVO**

Contratação de empresa para o fornecimento de máquinas e equipamentos 100% elétricos, visando a modernização e sustentabilidade dos municípios, conforme as especificações e condições deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e promover práticas sustentáveis nos municípios consorciados, as administrações buscam adotar soluções que priorizem a eficiência energética e a redução de emissões de poluentes. A transição para máquinas e equipamentos 100% elétricos representa um passo significativo para alcançar essas metas, promovendo a diminuição das emissões de carbono e contribuindo para a preservação ambiental.

- a. A escolha por equipamentos elétricos é justificada por sua eficiência e baixo impacto ambiental. Esses equipamentos geram menos ruído, oferecendo um ambiente mais silencioso e saudável para os cidadãos, além de reduzir significativamente as emissões de gases nocivos à saúde e ao meio ambiente. O uso de energia limpa, como a proveniente de fontes renováveis, complementa essa solução sustentável.
- b. A decisão por adotar tecnologia 100% elétrica também leva em consideração o cenário global, onde há uma crescente demanda por alternativas sustentáveis que alinhem desenvolvimento econômico e conservação ambiental. No Brasil, a disponibilidade de energia proveniente de fontes limpas, como as hidrelétricas, reforça essa transição, tornando os municípios exemplos de sustentabilidade.
- c. Ademais, máquinas elétricas requerem menos manutenção e utilizam menos componentes, o que resulta em uma maior durabilidade e menor custo operacional. A eficiência e confiabilidade desses equipamentos proporcionam ganhos econômicos, permitindo que os municípios invistam em outros setores, como saúde e educação.
- d. Por fim, com a constante evolução das baterias e tecnologias de reciclagem, o impacto ambiental da fabricação desses equipamentos está sendo minimizado, tornando-os uma escolha estratégica para os municípios que desejam ser protagonistas na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

3. DA DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO E QUANTITATIVO

Lotes	Item	Descrição mínima	Quant.
1	1	ESCAVADEIRA 1,2 TONELADAS: peso operacional: 1100kg, capacidade da concha: 0.023cbm/120kg, largura da concha: 380mm, bomba (marca): zaneda, fluxo da bomba: 18l/min, válvula (marca): beifang, motor de asa: hydro man(zmp-1-200), motor de viagem: eaton 612-4173-1, tipo ion bateria: lítio, voltagem/capacidade: 48v/300ah, potência nominal: 4kw, potência máxima: 6kw, autonomia de trabalho em horas: 08-10h, horas de carregamento em tomada 3 pinos padrão nbr: 10h, comp./larg./alt.: 3127x950x2195mm, distância entre eixos: 920 mm, comprimento total das esteiras: 1220mm, distância do solo a plataforma: 380 mm, raio de giro trazeiro da plataforma: 810mm, largura do chassi: 870mm, largura da esteira de borracha: 180mm, distância do solo ao chassi: 94.5mm, força escavação da concha: 9.7k, força escavação do braço: 8.6kn, altura da esteira de borracha: 310mm, máx. Profundidade de escavação: 1735mm, máx. Profundidade de escavação vertical: 1581mm, máx. Altura de escavação: 3006mm, máx. Altura de despejo: 2248mm, máx. Raio de escavação no solo: 3224mm, mín. Raio de rotação: 1430mm, máx. Atualize a altura da lâmina do bulldozer: 200mm, ângulo de deflexão da lança (esquerda): 200mm, ângulo de deflexão da lança (direita): 30°, máx. Profundidade de escavação da lâmina do bulldozer: 90°.	40
	2	MINI PÁ CARREGADEIRA ELÉTRICA DE 2,1 TONELADAS: mini carregadeira elétrica, sobre rodas, modelo do ano corrente, no mínimo com a seguinte capacidade: carga nominal - 1000kg, capacidade nominal do balde - 0,26m³, altura de despejo (a 40°), 1821 mm Levantamento de peso - 3120 mm, alcance de despejo - 829 mm, força máxima de ruptura - 13kN, máx. capacidade de classificação - 20, raio mínimo de giro - 2.466 mm, ângulo de oscilação - 8°, dimensão total (CxLxA) - 3672*1270*2380mm, distância entre eixos - 960 mm, distância mínima ao solo - 210mm, Peso líquido - 2.150kg, Potência - 300Ah, Nº de Baterias - 12, Voltagem - 72V, Autonomia De Trabalho Diário - 06-08h, Deslocamento - 14mL/r, Tipo - 29*12,50-15, Pressão no trabalho - 0,3 Mpa, Sistema de Direção Hidráulico Completo, Tipo de bomba de direção - Bomba de engrenagem externa, Furo do cilindro de direção - Ø65 Pressão do Sistema - 16 Mpa, Despejo do furo do cilindro - ø50 Freio de serviço, Freio de Tambor-tambor de freio -240 mm, Freio de mão - Freio de Tambor, Tanque de óleo hidráulico - 40L, Fluido de freio - 0,8L.	40
	3	RETROESCAVADEIRA ELÉTRICA , dimensões gerais : comprimento x largura x altura : 5910 x 2268 x 3760 mm, base da roda : 2250 mm, distância mínima ao solo : 300 mm, track : 1640 mm, sistema hidráulico : pressão do sistema de carga : 18 mpa, pressão do sistema de escavação : 20 mpa, pressão do sistema de direção : 12 mpa, fluxo do sistema : 120 l/min, bateria : modelo de bateria : íon lítio, capacidade de carga mínima : 40kwh, tração e sistema de movimentação : tração às quatro rodas, sistema hidráulico completo, peso total de funcionamento : 7600 kg, velocidade máxima : 22 km/h, capacidade máxima de inclinação : 30°, capacidade do balde de carga : volume : 1.2 m³, carga nominal : 2500 kg, altura máxima articulada do balde : 3400 mm, altura de descarga do balde : 2795 mm, distância de descarga do balde : 1048 mm, capacidade de elevação de carga : 25 kn, função de translação hidráulica do balde : sim, tempo de elevação do balde : 6,8 s, tempo de descida do balde : 2,5 s, tempo de descarga do balde : 1,2 s, especificações de escavação : força de tração máxima : 39 kn, força máxima de ruptura : 38 kn, capacidade do balde de bacias : 0,3 m³, altura de descarga do bacinete : 3878 mm, profundidade máxima de escavação : 4080-4500 mm, raio máximo de escavação : 5688 mm, ângulo de rotação da caçamba : 190°, capacidade de escavação do balde : 46 kn, capacidade de escavação da haste da caçamba : 31 kn, sistema de direção : direção hidráulica articulada, modelo de válvula de controle de direção : bzz5-250, modelo da válvula de controle de rotação : ysf25s-00, ângulo de viragem :	40

		36±1° para esquerda ou direita, raio de viragem mínimo : 5018 mm, eixos e transmissão : tipo de transmissão principal : redução única, tipo de redução de roda : redução de roda, tamanho dos pneus : 16/70-20, pressão da roda dianteira : 0,22 mpa, pressão da roda traseira : 0,20 mpa, sistema de freios : freio de serviço : freio a disco hidráulico em todas as rodas, freio de estacionamento : manual, capacidade de recarga : eixo dianteiro : 9 kg, eixo traseiro : 9 kg, capacidade do tanque hidráulico : 140 l.	
	4	TRATOR AGRÍCOLA ELÉTRICO 25HP: largura : 1240mm, altura : 2340mm, roda dianteira : dianteiro 6/14, roda traseira : traseiro 9.5/24, altura do solo : 1585mm, bateria : fosfato de lítio, voltagem : 76.8v, capacidade da bateria : 304ah, força da bateria : 23.3kw.h, peso : 1300kg, saídas hidráulicas : 2, rpm da tomada de força : 540/1000 r/min, modo : cvt motor, número de engrenagens : 02, velocidade de cada marcha : baixa: 20km/h alta: 27km/h, potência do motor kw/hp : 18,4kw/25hp, potência nominal do motor : 12kw, potência da boma de óleo : 5.6kw, modo de conexão de força do motor para a transmissão : direta.Tração nas 4 rodas.	40
2	5	VAN CARGO ELÉTRICA: Utilitário elétrico transporte, dimensões : comprimento : 4495mm, largura : 1680mm, altura : 1990mm, capacidade de carga : dimensão de carga : 2510x1475x1350mm, volume de carga : 5,28m3, peso e capacidade : peso bruto : 2200kg, peso do meio-fio : 1390kg, carga útil nominal : 700kg, desempenho : velocidade máxima : 100km/h, autonomia : 305km, tipo de bateria : fosfato de ferro de lítio, capacidade da bateria : 41,86kwh, motorização : tipo de máquina elétrica : motor síncrono de ímã permanente, potência nominal : 30kw, potência líquida máxima : 60kw, torque máximo : 220nm, recursos adicionais : carregamento rápido e lento ccs2 : sim, sistema de freios abs+ebd : sim, sistema de direção eps : sim, airbag duplo : sim, aquecedor : sim, ar condicionado : sim, sistema de controle central com bloqueio : sim. Carregador lento e rápido nativo ccs2:sim	100
	6	VEÍCULO ELÉTRICO AUTONOMIA DE 300KM: tamanho do corpo do veículo c*l*a (mm) : 3720*1604*1535, base da roda (mm) : 2390, pista de roda (mm) : 1420, velocidade máxima (km/h) : 120, alcance máximo de viagem (km) : 320, posição de motorista : direção da mão esquerda, nº de assentos : quatro lugares / cinco lugares, localização da porta de carregamento : grade dianteira, contruído em tipo, potência do motor (kw) : 50kw, tipo de motor : pmsm, tipo de condução : fwd, pico de torque : 140, tipo de bateria : bateria ternária de lítio, capacidade de carga : 31kwh, número de bateria : 1, consumo de energia de 100km (kwh/100km) : lcd s866, tempos de carga normal (hora) : 8-10, número de engrenagem : 1, tipo de caixa de engrenagens : relação de engrenagens fixa, tipo de suspensão dianteira : suspensão independente mcpherson, tipo de suspensão traseira : suspensão não independente tipo feixe de torção, tipo de corpo : suporte de carga, tipo de freio dianteiro : freio de disco, tipo de freio traseiro : freio a tambor, tipo de freio de estacionamento : freio de mão, tamanho do pneu : 175/60r15, tipo de cubo de roda : liga de alumínio, mudança de modo de direção : botão, tela colorida de controle central : freio de mão, usb/tipo-c : 2. Carregamento nativo tipo CCS2 lento e rápido na grade frontal com sistema de iluminação em led	100
	7	VEÍCULO ELÉTRICO TIPO SEDAN COM AUTONOMIA DE 500KM: fabricante de baterias : energia farasis, tipo de bateria : bateria ternária de lítio, modo de condução : tração dianteira, estrutura corporal : sedã de 5 portas e 5 lugares, cx*l*a (mm) : 4675*1835*1480, distância entre eixos (mm) : 2750, trilho dianteiro/traseiro (mm) : 1570, distância mínima ao solo (mm) : ≥120, velocidade máxima (km/h) : ≥140, peso bruto (kg) : 1470, alcance cltc : 500 cltc, capacidade da bateria (kwh) : 49,074, tempo de aceleração de 0 ~ 50 km/h (s) : ≤3,9, tempo de aceleração de 0 ~ 100 km/h (s) : ≤8,9, categoria do motor : 100% elétrico alimentado a bateria (bev), motor síncrono de ímãs permanentes, potência máxima do motor (kw) : 165 (221 cv), torque máximo do motor (nm) : 255,	40

	<p>carregador : ccs2 (tipo 2) com cabo de 05m, potência de carregamento : 6,6 kw, tempo de carregamento lento (h) : 6~8, tempo de carregamento rápido (30-80% da bateria, min) : 30, tipo de suspensão dianteira : suspensão independente mcpherson, tipo de suspensão traseira : suspensão independente multi-link, tipo de freio da roda dianteira : disco de ventilação, tipo de freio traseiro : disco, material do aro : r17 com rodas liga leve diamantada com preto, especificações dos pneus : 215/50 /r17, radar de estacionamento traseiro : sim, controle de cruzeiro : sim, início com um botão : sim, chave remota : sim, estacionamento eletrônico : sim, sistema de freio antibloqueio abs : sim, sistema eletrônico de distribuição de força de frenagem ebd : sim, sistema de controle de estabilidade corporal esc : sim, assistência de freio eba : sim, sistema antiderrapante de acionamento asr : sim, sistema de assistência em subidas hsa : sim, sistema de descida íngreme hda : sim, sistema de freio wcbs por fio : sim, direção assistida elétrica eps : sim, airbag principal do motorista : sim, airbag do passageiro : sim, espelho retrovisor interno antiofuscante manual : sim, bloqueio automático com sensor de velocidade : sim, desbloqueio automático com detecção de colisão : sim, desligamento automático de colisão : sim, alarme de baixa velocidade vsp multifonte : sim, cintos de segurança com pré-tensores dos bancos dianteiros : sim, interface de fixação iso fix para cadeira de criança : sim, bloqueio de segurança infantil : sim, lembrete de cinto de segurança não colocado : sim, monitoramento da pressão dos pneus : sim, unidade de controle de telecomunicações : sim, aplicativo móvel : sim, cor do corpo : branco, preto, ciano, cinza, luzes diurnas em led : sim, ajuste elétrico de altura do farol : sim, atraso no desligamento dos faróis : sim, faróis automáticos : sim, luminária de pé de boas-vindas logo : sim, retrovisores externos com piscas : sim, ajuste elétrico dos retrovisores externos : sim, concha decorativa cromada para espelhos externos : sim, limpadores desossados : sim, vidros elétricos : sim, maçaneta da porta escondida : sim, elevador de janela de quatro portas com um botão energizada : sim, função anti-entalamento do vidro da janela : sim, ar condicionado automático : sim, saída de ar traseira : sim, tapeçaria anti chamas/assento em couro tipo napa lavável anti chamas conforme legislação contran : sim, ajuste manual do banco do motorista em 6 posições : sim, ajuste manual do banco do passageiro em 4 direções : sim, banco traseiro integrado : sim, apoio de braço central traseiro : sim, tela instrumental de 7 polegadas : sim, carregamento sem fio do telefone : sim, número de autofalantes : 4, volante multifuncional : sim, ajuste do volante : sim, material do volante : plástico, pala de sol com espelho de maquiagem com acionamento manual liga/desliga luz : sim, interior preto/bege : sim, chave remota : 2, atualização ota : sim, chave bluetooth : chave bluetooth, fonte de alimentação 12v : fonte de alimentação 12v, interface usb 5v : interface usb 5v, suporte pneumático da sala de máquinas : suporte pneumático da sala de máquinas, capa de acabamento da cabine : capa de acabamento da cabine, arma de carregamento doméstico : arma de carregamento doméstico, ferramenta de reparo de pneus : ferramenta de reparo de pneus, ferramentas de bordo (macaco, chave de pneus) : ferramentas de bordo (macaco, chave de pneus), painel protetor da cabine inferior : painel protetor da cabine inferior, proteção frontal da bateria : painel de proteção da bateria, pneu sobressalente (t115/70*16) : pneu sobressalente (t115/70*16), matrícula padrão euro : matrícula padrão euro, porta malas : >400l, carregamento porta lateral tipo ccs2 nativo lento e rapido, teto em vidro: sim</p>
--	---

- Poderão ser aceitos objetos de qualidade similar ou equivalente ou superior das especificações dispostas no item 3**, a ser apreciada mediante Catálogo do produto e aprovação pelo Pregoeiro, no momento de qualificar a proposta;
- Contratada deverá contemplar todos os custos relativos às despesas de entrega dos veículos;
- A entrega será parcelada conforme a necessidade dos municípios.

4. DO PRAZO DE GARANTIA, REVISÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- I. A Contratada para o fornecimento do item deverá conceder garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, observando-se que durante o período da mesma, se o objeto contratado apresentar defeito deverá ser reparado ou substituído por novo, dependendo do caso concreto, sendo que todas as despesas de locomoção (transporte), mão de obra e outras eventualmente existentes à reposição/conserto/substituição do objeto correrão por conta da empresa adjudicatária;
- II. A revisão de fábrica obrigatória durante o período de garantia, determinado pelo manual do fabricante, será realizada por autorizada indicada pela contratada, sendo que terão todas as despesas de insumos, mão de obra e deslocamento por conta da mesma, não cabendo ao Município estes ônus; os pedidos de revisão quando solicitados deverão ser obedecidos prontamente pela autorizada, no prazo de até 05 (cinco) dias, o atraso no atendimento implicará em aplicação de penalidades conforme previsão contratual; o fabricante do equipamento deverá oferecer concessionária autorizada, durante todo o período da garantia, as despesas de transporte correrão por conta da contratada, não cabendo ao Município qualquer ônus; a contratada deverá durante o período de garantia, atender-nos no Município, para a devida assistência técnica se necessária, sem cobrar quilometragem percorrida, nem outras despesas de deslocamento para tais atendimentos. Caso a concessionária autorizada esteja localizada em outro Município, correrão por conta da contratada as despesas de transporte, hospedagem e outras que possam advir da locomoção do equipamento; no caso de assistência técnica durante o período de garantia, a contratada deverá atender o chamado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o atraso no atendimento do chamado implicará em aplicação das penalidades contratuais.

5. PRAZO CONTRATUAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

- I. A empresa vencedora deverá entregar o equipamento em perfeitas condições de uso, na sede do município contratante, após a autorização de fornecimento. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a autorização de fornecimento; o prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, devendo ser solicitado, por escrito e com justa motivação e, desde que, seja aceito pela Administração Pública;
- II. No ato da entrega do equipamento, o fornecedor deverá apresentar nota fiscal que será submetida à aprovação e conferência, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital do Processo licitatório e seus anexos.
- III. Fica estabelecido que o equipamento será recebido:
 - i. provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações do edital e seus anexos;
 - ii. definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação; O recebimento definitivo do equipamento, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização da mesma.

6. DAS PROPOSTAS

- IV. As propostas apresentadas pelas empresas deverão conter, obrigatoriamente, a descrição completa dos itens, obedecendo às configurações contidas no item, incluindo marca, modelo e demais descrições que permitem sua perfeita identificação, em conformidade com o modelo do ANEXO II.
- V. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

7. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

- VI. O pagamento será efetuado pelo Departamento Administrativo da UMMES em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da entrega, em conta corrente da Licitante Contratada mediante a apresentação dos originais da nota(s) fiscal(is)/fatura(s), devidamente atestada pelo Departamento competente da UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo.
- VII. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- VIII. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo.
- IX. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará os documentos de cobrança para a UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo.
- X. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- XI. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

8. DA VIGÊNCIA

- I. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme determinação do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- I. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10. DO REAJUSTE

- I. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

- II. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.
- III. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.
- IV. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
- V. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- VI. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

*(Usar preferencialmente papel timbrado da empresa)

Ao Senhor Pregoeiro da União dos Municípios da Média Sorocabana.

A (empresa).....estabelecida na cidade de.....à Rua....., nº....., inscrita no CNPJ/MF sob nº....., Inscrição Estadual nº....., Inscrição Municipal nº.....vem por esta apresentar a seguinte Proposta Comercial a Licitação Pública Pregão Eletrônico nº. 03/2024 deste Consórcio, na forma entabulada no edital conforme segue:

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de máquinas e equipamentos 100% elétricos, visando a modernização e sustentabilidade dos municípios consorciados, conforme as especificações e condições do Termo de Referência.

Lotes	Item	Descrição mínima / aproximada	Quant.	Valor Unitário	Valor total
1	1	ESCAVADEIRA 1,2 TONELADAS: peso operacional: 1100kg, capacidade da concha: 0.023cbm/120kg, largura da concha: 380mm, bomba (marca): zaneda, fluxo da bomba: 18l/min, válvula (marca): beifang, motor de asa: hydro man(zmp-1-200), motor de viagem: eaton 612-4173-1, tipo ion bateria: lítio, voltagem/capacidade: 48v/300ah, potência nominal: 4kw, potência máxima: 6kw, autonomia de trabalho em horas: 08-10h, horas de carregamento em tomada 3 pinos padrão nbr: 10h, comp./larg./alt.: 3127x950x2195mm, distância entre eixos: 920 mm, comprimento total das esteiras: 1220mm, distância do solo a plataforma: 380 mm, raio de giro trazeiro da plataforma: 810mm, largura do chassi: 870mm, largura da esteira de borracha: 180mm, distância do solo ao chassi: 94.5mm, força escavação da concha: 9.7k, força escavação do braço: 8.6kn, altura da esteira de borracha: 310mm, máx. Profundidade de escavação: 1735mm, máx. Profundidade de escavação vertical: 1581mm, máx. Altura de escavação: 3006mm, máx. Altura de despejo: 2248mm, máx. Raio de escavação no solo: 3224mm, mín. Raio de rotação: 1430mm, máx. Atualize a altura da lâmina do bulldozer: 200mm, ângulo de deflexão da lança (esquerda): 200mm, ângulo de deflexão da lança (direita): 30°, máx. Profundidade de escavação da lâmina do bulldozer: 90°.	40		
	2	MINI PÁ CARREGADEIRA ELÉTRICA DE 2,1 TONELADAS: mini carregadeira elétrica, sobre rodas, modelo do ano corrente, no mínimo com a seguinte capacidade: carga nominal - 1000kg, capacidade nominal do balde - 0,26m³, altura de despejo (a 40°), 1821 mm Levantamento de peso - 3120 mm, alcance de despejo - 829 mm, força máxima de ruptura - 13kN, máx. capacidade de classificação - 20, raio mínimo de giro - 2.466 mm, ângulo de oscilação - 8°, dimensão total (CxLxA) - 3672*1270*2380mm, distância entre eixos - 960 mm, distância mínima ao solo - 210mm, Peso líquido - 2.150kg, Potência - 300Ah, Nº de Baterias - 12,	40		

	Voltagem - 72V, Autonomia De Trabalho Diário - 06-08h, Deslocamento - 14mL/r, Tipo - 29*12,50-15, Pressão no trabalho - 0,3 Mpa, Sistema de Direção Hidráulico Completo, Tipo de bomba de direção - Bomba de engrenagem externa, Furo do cilindro de direção - Ø65 Pressão do Sistema - 16 Mpa, Despejo do furo do cilindro - Ø50 Freio de serviço, Freio de Tambor- tambor de freio - 240 mm, Freio de mão - Freio de Tambor, Tanque de óleo hidráulico - 40L, Fluido de freio - 0,8L.			
3	RETROESCAVADEIRA ELÉTRICA , dimensões gerais : comprimento x largura x altura : 5910 x 2268 x 3760 mm, base da roda : 2250 mm, distância mínima ao solo : 300 mm, track : 1640 mm, sistema hidráulico : pressão do sistema de carga : 18 mpa, pressão do sistema de escavação : 20 mpa, pressão do sistema de direção : 12 mpa, fluxo do sistema : 120 l/min, bateria : modelo de bateria : íon lítio, capacidade de carga mínima : 40kwh, tração e sistema de movimentação : tração às quatro rodas, sistema hidráulico completo, peso total de funcionamento : 7600 kg, velocidade máxima : 22 km/h, capacidade máxima de inclinação : 30°, capacidade do balde de carga : volume : 1.2 m³, carga nominal : 2500 kg, altura máxima articulada do balde : 3400 mm, altura de descarga do balde : 2795 mm, distância de descarga do balde : 1048 mm, capacidade de elevação de carga : 25 kn, função de translação hidráulica do balde : sim, tempo de elevação do balde : 6,8 s, tempo de descida do balde : 2,5 s, tempo de descarga do balde : 1,2 s, especificações de escavação : força de tração máxima : 39 kn, força máxima de ruptura : 38 kn, capacidade do balde de bacias : 0,3 m³, altura de descarga do bacinete : 3878 mm, profundidade máxima de escavação : 4080-4500 mm, raio máximo de escavação : 5688 mm, ângulo de rotação da caçamba : 190°, capacidade de escavação do balde : 46 kn, capacidade de escavação da haste da caçamba : 31 kn, sistema de direção : direção hidráulica articulada, modelo de válvula de controle de direção : bzz5-250, modelo da válvula de controle de rotação : ysf25s-00, ângulo de viragem : 36±1° para esquerda ou direita, raio de viragem mínimo : 5018 mm, eixos e transmissão : tipo de transmissão principal : redução única, tipo de redução de roda : redução de roda, tamanho dos pneus : 16/70-20, pressão da roda dianteira : 0,22 mpa, pressão da roda traseira : 0,20 mpa, sistema de freios : freio de serviço : freio a disco hidráulico em todas as rodas, freio de estacionamento : manual, capacidade de recarga : eixo dianteiro : 9 kg, eixo traseiro : 9 kg, capacidade do tanque hidráulico : 140 l.	40		
4	TRATOR AGRÍCOLA ELÉTRICO 25HP: largura : 1240mm, altura : 2340mm, roda dianteira : dianteiro 6/14, roda traseira : traseiro 9.5/24, altura do solo : 1585mm, bateria : fosfato de lítio, voltagem : 76.8v, capacidade da bateria : 304ah, força da bateria : 23.3kw.h, peso : 1300kg, saídas hidráulicas : 2, rpm da tomada de força : 540/1000 r/min, modo : cvt motor, número de engrenagens : 02, velocidade de cada marcha : baixa: 20km/h alta: 27km/h, potência do motor kw/hp : 18,4kw/25hp, potência nominal do motor : 12kw, potência da boma de óleo : 5.6kw, modo de conexão de força do	40		

		motor para a transmissão : direta.Tração nas 4 rodas.			
5		VAN CARGO ELÉTRICA: Utilitário elétrico transporte, dimensões : comprimento : 4495mm, largura : 1680mm, altura : 1990mm, capacidade de carga : dimensão de carga : 2510x1475x1350mm, volume de carga : 5,28m3, peso e capacidade : peso bruto : 2200kg, peso do meio-fio : 1390kg, carga útil nominal : 700kg, desempenho : velocidade máxima : 100km/h, autonomia : 305km, tipo de bateria : fosfato de ferro de lítio, capacidade da bateria : 41,86kwh, motorização : tipo de máquina elétrica : motor síncrono de ímã permanente, potência nominal : 30kw, potência líquida máxima : 60kw, torque máximo : 220nm, recursos adicionais : carregamento rápido e lento : sim, sistema de freios abs+ebd : sim, sistema de direção eps : sim, airbag duplo : sim, aquecedor : sim, ar condicionado : sim, sistema de controle central com bloqueio : sim.carregamento lento e rapido nativo tipo ccs2	100		
6		VEÍCULO ELÉTRICO AUTONOMIA DE 300KM: tamanho do corpo do veículo c*l*a (mm) : 3720*1604*1535, base da roda (mm) : 2390, pista de roda (mm) : 1420, velocidade máxima (km/h) : 120, alcance máximo de viagem (km) : 320, posição de motorista : direção da mão esquerda, nº de assentos : quatro lugares / cinco lugares, localização da porta de carregamento : grade dianteira, contruído em tipo, potência do motor (kw) : 50kw, tipo de motor : pmsm, tipo de condução : fwd, pico de torque : 140, tipo de bateria : bateria ternária de lítio, capacidade de carga : 31kwh, número de bateria : 1, consumo de energia de 100km (kwh/100km) : lcd s866, tempos de carga normal (hora) : 8-10, número de engrenagem : 1, tipo de caixa de engrenagens : relação de engrenagens fixa, tipo de suspensão dianteira : suspensão independente mcpherson, tipo de suspensão traseira : suspensão não independente tipo feixe de torção, tipo de corpo : suporte de carga, tipo de freio dianteiro : freio de disco, tipo de freio traseiro : freio a tambor, tipo de freio de estacionamento : freio de mão, tamanho do pneu : 175/60r15, tipo de cubo de roda : liga de alumínio, mudança de modo de direção : botão, tela colorida de controle central : freio de mão, usb/tipo-c : 2. Carregamento nativo tipo CCS2 lento e rapido na grade frontal com sistema de iluminação em led	100		
7		VEÍCULO ELÉTRICO TIPO SEDAN COM AUTONOMIA DE 500KM: fabricante de baterias : energia farasis, tipo de bateria : bateria ternária de lítio, modo de condução : tração dianteira, estrutura corporal : sedã de 5 portas e 5 lugares, cx*l*a (mm) : 4675*1835*1480, distância entre eixos (mm) : 2750, trilho dianteiro/traseiro (mm) : 1570, distância mínima ao solo (mm) : ≥120, velocidade máxima (km/h) : ≥140, peso bruto (kg) : 1470, alcance cltc : 500 cltc, capacidade da bateria (kwh) : 49,074, tempo de aceleração de 0 ~ 50 km/h (s) : ≤3,9, tempo de aceleração de 0 ~ 100 km/h (s) : ≤8,9, categoria do motor : 100% elétrico alimentado a bateria (bev), motor síncrono de ímãs permanentes, potência máxima do motor (kw) : 165 (221 cv), torque máximo do motor (nm) : 255, carregador :	40		

	<p>ccs2 (tipo 2) com cabo de 05m, potência de carregamento : 6,6 kw, tempo de carregamento lento (h) : 6-8, tempo de carregamento rápido (30-80% da bateria, min) : 30, tipo de suspensão dianteira : suspensão independente mcpherson, tipo de suspensão traseira : suspensão independente multi-link, tipo de freio da roda dianteira : disco de ventilação, tipo de freio traseiro : disco, material do aro : r17 com rodas liga leve diamantada com preto, especificações dos pneus : 215/50 /r17, radar de estacionamento traseiro : sim, controle de cruzeiro : sim, início com um botão : sim, chave remota : sim, estacionamento eletrônico : sim, sistema de freio antibloqueio abs : sim, sistema eletrônico de distribuição de força de frenagem ebd : sim, sistema de controle de estabilidade corporal esc : sim, assistência de freio eba : sim, sistema antiderrapante de acionamento asr : sim, sistema de assistência em subidas hsa : sim, sistema de descida íngreme hda : sim, sistema de freio wcbs por fio : sim, direção assistida elétrica eps : sim, airbag principal do motorista : sim, airbag do passageiro : sim, espelho retrovisor interno antiofuscante manual : sim, bloqueio automático com sensor de velocidade : sim, desbloqueio automático com detecção de colisão : sim, desligamento automático de colisão : sim, alarme de baixa velocidade vsp multifonte : sim, cintos de segurança com pré-tensores dos bancos dianteiros : sim, interface de fixação iso fix para cadeira de criança : sim, bloqueio de segurança infantil : sim, lembrete de cinto de segurança não colocado : sim, monitoramento da pressão dos pneus : sim, unidade de controle de telecomunicações : sim, aplicativo móvel : sim, cor do corpo : branco, preto, ciano, cinza, luzes diurnas em led : sim, ajuste elétrico de altura do farol : sim, atraso no desligamento dos faróis : sim, faróis automáticos : sim, luminária de pé de boas-vindas logo : sim, retrovisores externos com piscas : sim, ajuste elétrico dos retrovisores externos : sim, concha decorativa cromada para espelhos externos : sim, limpadores desossados : sim, vidros elétricos : sim, maçaneta da porta escondida : sim, elevador de janela de quatro portas com um botão energizada : sim, função anti-entalamento do vidro da janela : sim, ar condicionado automático : sim, saída de ar traseira : sim, tapeçaria anti chamuscas/assento em couro tipo napa lavável anti chamuscas conforme legislação contran : sim, ajuste manual do banco do motorista em 6 posições : sim, ajuste manual do banco do passageiro em 4 direções : sim, banco traseiro integrado : sim, apoio de braço central traseiro : sim, tela instrumental de 7 polegadas : sim, carregamento sem fio do telefone : sim, número de autofalantes : 4, volante multifuncional : sim, ajuste do volante : sim, material do volante : plástico, pala de sol com espelho de maquiagem com acionamento manual liga/desliga luz : sim, interior preto/bege : sim, chave remota : 2, atualização ota : sim, chave bluetooth : chave bluetooth, fonte de alimentação 12v : fonte de alimentação 12v, interface usb 5v : interface usb 5v, suporte pneumático da sala de máquinas : suporte pneumático da sala de máquinas, capa de acabamento da cabine : capa de acabamento da cabine, arma de carregamento doméstico : arma de carregamento doméstico, ferramenta de reparo de pneus : ferramenta de</p>	
--	---	--

		reparo de pneus, ferramentas de bordo (macaco, chave de pneus) : ferramentas de bordo (macaco, chave de pneus), painel protetor da cabine inferior : painel protetor da cabine inferior, proteção frontal da bateria : painel de proteção da bateria, pneu sobressalente (t115/70*16) : pneu sobressalente (t115/70*16), matrícula padrão euro : matrícula padrão euro, porta malas : 400l. Carregamento nativo tipo CCS2 lento e rapido:sim, teto em vidro:sim		
--	--	---	--	--

Valor Total DO **LOTE 1** : R\$... (.....)

Valor Total DO **LOTE 2** : R\$... (.....)

2. CONDIÇÕES COMERCIAIS

2.1. VALIDADE DA PROPOSTA

- a) O Prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura dos envelopes.

2.2. BANCO PARA PAGAMENTO:

Banconº Agência nº..... Conta corrente nº.....,

2.3. QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
RG nº _____ e CPF nº _____
Data de nascimento _____
Endereço residencial completo: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____
Telefone: _____

2.4. CONTATOS DA EMPRESA

Telefone: (____) _____
Fax : (____) _____

3. DECLARAÇÕES

Declara que:

a) Os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

b) Que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

c) Que está ciente de que não respeitando os prazos entabulados neste edital, estará sujeita as multas previstas neste instrumento e na Legislação;

d) Está ciente que os preços constantes na proposta serão fixos e irrevogáveis.

e) Que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

(local)....., (data).....



UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Consórcio Intermunicipal

Assinatura e identificação
(representante legal/procurador da licitante)
(Nome/RG/CPF/Cargo-Função)

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº XX/2024
Modalidade Pregão Eletrônico nº. 03/2024
Ata de Registro de Preços Nº ____/2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA
SOROCABANA E A EMPRESA

A **UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA**, com sede na Avenida Tiradentes, nº 360, 1º Andar, Salas 13/14, nesta cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, inscrita no CNPJ 01.488.169/0001-03, representado por seu Presidente, senhor **MARCO AURELIO OLIVEIRA PINHEIRO**, doravante designado simplesmente **CONSÓRCIO**, e a empresa

_____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na _____, n.º _____, _____, representada na forma de seu contrato social pelo Sr(a.) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, na qualidade de vencedora do Pregão Eletrônico nº 02/2024, doravante denominada DETENTORA resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis nº 14.133/2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como do Edital do Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS ITENS

1.1. A detentora ficará responsável pelo fornecimento dos seguintes itens, pelos seguintes preços registrados:

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
			R\$...	R\$...

1.2. O Consórcio e seus Municípios Consorciados não estão obrigado a adquirir a totalidade da quantidade estimada nesta ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, compreendendo o período de XX/XX/2024 a XX/XX/2025 e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme determinação do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES.

3.1. São condições para a prestação desta Ata de Registro de Preços aquelas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2024, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 Atender todas as condições e prazos previstos neste Termo de Referência, Edital e Anexos.
- 4.2 Designar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a vigência do Contrato;
- 4.3 Manter durante a execução do Contrato, as mesmas condições fiscais e técnicas, quando da licitação;
- 4.4 Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados em função de ação ou omissão de

empregado seu, durante a execução de serviços, não cabendo o **UMMES - União dos Municípios da Média Sorocabana**, quaisquer ônus ou ação judicial;

4.5 Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhista, previdenciários, fiscais, tributários, sociais de acidente de trabalho, taxas, seguros e outros encargos que incidirem ou que venha incidir sobre o (s) objeto (s) do Contrato;

4.6 Apresentar relatório de serviço para cada atendimento, hora do início e término do atendimento, nome e matrícula do servidor que recebeu, defeito apresentado, providências adotadas e ainda quaisquer outras anotações pertinentes, necessárias;

4.7 O recebimento definitivo, deverá ser dado dentro de 07(sete) dias úteis, contados da entrega. Após este período considerar-se-á definitivamente aceito;

4.8 A empresa Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial;);

4.9 A empresa Contratada deverá substituir, sem qualquer custo, peças e/ou serviços executados, entregues em desacordo com o Termo de Referência e anexos, bem como a proposta apresentada, mesmo depois de recebidos, no mesmo prazo de execução, contado a partir da notificação forma do problema em questão.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.10 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de fornecimento de licenças por intermédio de seus executores centrais e regionais;

4.11 Solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de ordens de serviço;

4.12 Conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente as aquisições de licenças;

4.13 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das licenças, fixando prazo para a sua correção

4.14 Efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no Contrato e de acordo com as normas orçamentárias.

4.15 Observar para que, durante a vigência do Contrato, seja mantida pela Contratada, a compatibilidade com as obrigações por ela assumida, bem como todas as condições de habilitação qualificação exigidas;

4.16 Requerer a substituição imediata de qualquer material ou equipamento que julgar inadequado;

4.17 Designar o(s) Executor(es), bem como os seus suplentes como responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e outros procedimentos inerentes as licenças adquiridas.

4.18 Informar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, outras providências necessárias, sem prejuízo das já descritas no presente termo de Referência.

4.19 Após o término do contrato, a Contratante deverá realizar, em até 30 (trinta) dias, a devolução de todos o maquinário que lhe foi entregue durante a vigência para a fiel execução do objeto contratado, sob pena de pagar pela locação enquanto perdurar na posse.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR ESTIMADO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O valor total do estimado para a presente ata de registro de preços é de R\$(_____).

5.2 O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura de cada Município Consorciado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento do objeto fornecido, e será creditado em nome da contratada por meio de ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no

Termo de Referência, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo expedido pelo Gestor da ata, mediante apresentação, aceitação e atesto do gestor da ata nos documentos hábeis de cobrança.

5.3. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

5.4. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo.

5.5. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará os documentos de cobrança para a UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo.

5.6. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à UMMES de Santa Cruz do Rio Pardo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.7. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração

falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

6.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

6.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

6.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 6.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

6.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

6.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços, os sanções previstas no edital do Pregão Eletrônico 002/2024 deste município que a DETENTORA declara conhecer integralmente.

7.2. No caso de a DETENTORA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.3 No caso de a DETENTORA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.4 Consideram-se partes integrantes deste ajuste, como se nele estivessem transcritos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2024 e seus Anexos;
- b) Proposta apresentada pela DETENTORA;
- c) Ata da sessão do Eletrônico nº 01/2024;

7.5 A existência de preços registrados não obriga os MUNICÍPIOS a firmarem as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA OITAVA- DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

8.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, após consulta ao órgão gerenciador e a fornecedor registrado, demonstrando-se a devida vantagem da adesão, possam pegar “carona” na ata do órgão licitante, podendo assim firmar contratos com os fornecedores pelos preços e condições estabelecidos na ata de Registro de Preços e conforme art. 2º, inciso V do Decreto 7.892/2013.

8.2 As quantidades descritas no Termo de Referência representam, 50% por item, o limite de contratação por parte de outros órgãos, conforme preceitua o § 3º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

8.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme inciso II, do §4º-A, do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013.

8.4 Dos contratos decorrentes do SRP

8.4.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme lei 14.133/2021.



UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Consórcio Intermunicipal

8.4.2 Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão sua vigência inicial 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do

art. 107, da Lei 14.133/2021.

8.4.3 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Ourinhos do Estado de São Paulo.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Santa Cruz do Rio Pardo, _____ de _____ de 2024.

UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA
Marco Aurélio Oliveira Pinheiro
Presidente
Contratante

DETENTORA
Representante legal

Testemunhas:

Nome:

RG nº:

Nome:

RG nº:

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**CONTRATANTE:** UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA**CONTRATADO:****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. XX/2024**

OBJETO: Aquisição, através do Sistema de Registro de Preços, de solução educacional que engloba plataforma digital de ensino-aprendizagem, aplicativo de autoria, sistema de avaliação diagnóstica, bibliotecas de aulas digitais, alocação de equipamentos e designação de colaboradores, para disponibilização aos municípios consorciados.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: PAULO OTÁVIO KIRSCH PEREIRA DA SILVA/
OAB/SP 475.492/ juridico@ummes.com.br.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santa Cruz do Rio Pardo, xx de xxxx de 2024

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Marco Aurélio Oliveira Pinheiro



UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Consórcio Intermunicipal

Cargo: Presidente UMMES

CPF: 296.172.228-41 RG: 27.240.120-1

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Marco Aurélio Oliveira Pinheiro

Cargo: Presidente UMMES

CPF: 296.172.228-41 RG: 27.240.120-1

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Marco Aurélio Oliveira Pinheiro

Cargo: Presidente UMMES

CPF: 296.172.228-41 RG: 27.240.120-1

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____